



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

# Carcinicultura do Estado está com o futuro ameaçado

## Centenas de pequenos carcinicultores buscam regularizar atividades, de acordo com o novo Código Florestal

O drama dos carcinicultores do Estado mais uma vez veio à tona através de uma audiência pública realizada há duas semanas no auditório da Assembleia Legislativa. Numa iniciativa do deputado João Daniel (PT), o objetivo da audiência “Carcinicultura em Sergipe: regularização, desafios e perspectivas” era de encontrar uma alternativa para solucionar o problema de centenas de pequenos carcinicultores de Sergipe que estão em situação irregular, de acordo com o novo Código Florestal.

Esse impasse vem sendo debatido no âmbito judicial desde o início do ano quando foi ajuizada pelo Ministério Público Federal em Sergipe (MPF) e o Ministério Público do Estado de Sergipe (MP/SE) uma ação civil pública contra a União, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a Administração Estadual do Meio Ambiente (Adema) cobrando fiscalização dos criadouros para evitar o desequilíbrio ecológico causado por essa atividade.

Na época foi dado um prazo aos órgãos ambientais que identificassem, em 120 dias, todos os carcinicultores em atividade no Estado de Sergipe. Além da interdição imediata dos carcinicultores que desenvolvam suas atividades em evidente agressão à integridade dos manguezais arbustivos e dos processos ecológicos essenciais a ele associados, bem assim da sua produtividade biológica e condição de berçário de recursos pesqueiros, atuando e embargando os viveiros não licenciados.

Segundo o deputado João Daniel, a grande maioria dos carcinicultores sergipanos é formada por pequenos criadores de camarão e, infelizmente, uma política das administrações dos governos anteriores à administração atual legalizou grandes empresas de camarão, enquanto os pequenos ficaram sem estar na legalidade, sem conseguir acessar projetos e sofrendo ameaças de terem seus viveiros desativados.

### • Regularização

Segundo dados da Associação dos Maricultores Ecológicos de Sergipe (AMES), atualmente são mais de 600 maricultores familiares no Estado. Todos eles procurando uma forma para se regularizar, pois já exercem a atividade há mais de 20 anos e, por conta do novo Código Florestal, estão tendo dificuldade de estarem quites com a lei.

De acordo com os produtores, a regularização dos pequenos carcinicultores poderia acontecer fechando as portas para que novos produtores instalassem seus viveiros, mas os que já estivessem na atividade permanecessem nela. No entendimento do assessor jurídico da Associação Brasileira dos Criadores de Camarão (ABCC), Marcelo Palma, isso é possível

e, inclusive está previsto no novo Código Florestal. “Essas áreas hoje são chamadas de áreas consolidadas, conforme dia o artigo 61 do Código Florestal. Então quem já estava antes de julho de 2008 deveria permanecer e quem chegou após essa data não poderia ficar”, explicou.

### • Sustentabilidade

Segundo a engenheira de pesca, coordenadora do Grupo de Estudos sobre Aquicultura & Sustentabilidade da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e estu-  
diosa da carcinicultura, Juliana Shouber Gonçalves Lima, é possível, com os cuidados adequa-

dos, a atividade nessas áreas de manguezais, áreas, inclusive, em que em outros tempos foi viveiros para outras atividades. “Seguindo algumas normas e controlando o número de produtores por estuário é possível permitir que a atividade permaneça sem entretanto causar maiores danos”, explica.

De acordo com o vice-presidente da AMES, Sandro Monteiro, um exemplo de sustentabilidade é onde os viveiros que os maricultores cultivam o camarão já têm mais de 100 anos e foram usados em outras culturas, como do sal e peixes. “O



### A CARCINICULTURA É A CRIAÇÃO DE CAMARÃO EM CATI-VEIRO, COMUMENTE DESENVOLVIDA EM REGIÕES DE MANGUE

mangue avançou sobre essas áreas de viveiros e nós, ao contrário do que pensam, ajudamos a proteger os mangues. Nós exercemos essa função há mais de 20 anos, nós temos parcerias com a universidade comprovando que nossa atividade não é irregular e de uma hora para outra vamos ser penalizados por uma atividade que só tem contribuído para o aspecto social e ambiental”, lamenta.

A estimativa é que a pequena carcinicultura em Sergipe envolva mais de seis mil famílias, direta ou indiretamente, desde a produção até a venda. Por mês, a produção, segundo dados da Associação dos Maricultores, chega a 300 toneladas de camarão, que é responsável por abastecer o mercado interno, nos bares, restaurantes, feiras livres e mercados municipais. Embora haja viveiros em todo Estado, a produção está mais concentrada nos municípios de Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão, Pacatuba, Brejo Grande, Estância, Indiaroba e Santa Luzia do Itanh. Caso a atividade viesse a ser proibida, pela falta de regularização, o prejuízo seria inestimável, avaliou o vice-presidente da AMES. “Não vai ter mais camarão nas feiras e mercado porque 95% do camarão produzido no Estado vêm dos viveiros, agora, por exemplo, que está proibida a pesca, o preço não subiu e nem vai subir porque os viveiros estão contribuindo para esse abastecimento”, revela, Sandro.

## • Relatório

O presidente da Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (Emdagro), Jeferson Feitosa, representou o governador Jackson Barreto na audiência pública e parabenizou o deputado João Daniel por oferecer a oportunidade de se discutir sobre uma atividade pequena, mas tão importante para o Estado. Ele se comprometeu a apresentar um relatório com tudo que foi discutido na oportunidade e também a intermediar, juntamente com o deputado, uma audiência entre o governador e os carcinicultores.

Em seu discurso, o deputado João Daniel mostrou-se otimista em busca da solução dos problemas dos carcinicultores. "Encaminhamos uma carta e esperamos que na parte que cabe ao governo do Estado e aos órgãos ambientais se busque uma solução e esta solução não se trata de degradar o meio ambiente em favor dos criadores de camarão, mas de reconhecer uma atividade que é realizada há vários anos, décadas", disse.



## PROTEÇÃO AMBIENTAL

A carcinicultura é a criação de camarão marinho em cativeiro, comumente desenvolvida em regiões de mangue, que são áreas de preservação permanente. A prática pode provocar o desequilíbrio ecológico dessas áreas por se tratar de ambientes facilmente variáveis e ecossistemas não consolidados. Essa atividade exige a instalação de piscinas artificiais, o que destrói parte da vegetação nativa dos manguezais. Com isso, o equilíbrio das espécies existentes na região é afetado, além de retirar uma barreira natural contra as marés altas, causando impactos nas populações próximas. Além disso, o material liberado pelos viveiros provoca a contaminação das águas

por fungicidas e os lençóis freáticos e o solo retém muito sal.

Somente 10 dos 82 pedidos de licenciamento de carcinicultura (criação de camarão) junto a Administração Estadual do Meio Ambiente (Adema) foram autorizados. Os demais, cuja maioria se refere a pequenos tanques, estão instalados em Áreas de Proteção Permanente (APP) – manguezais e são irregulares. E um dos requisitos da Resolução 312/2002, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), para o licenciamento desse tipo de empreendimento, é o afastamento de 30 metros do mangue. Os municípios de

Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão são os que mais concentram tanques de criação de camarão em áreas de mangue.

De 2009 a 2013, o número de processos na área ambiental movidos pelo Ministério Público Federal em Sergipe (MPF/SE) aumentou quase 270%. O significativo aumento aconteceu a partir de 2009, após serem criados os Ofícios da Tutela Coletiva (OTCs), responsáveis pela atuação na área ambiental e também de patrimônio cultural. Com a especialização da atuação do MPF/SE, o número de processos saltou de 13, entre 2005 e 2009, para 48, nos anos seguintes. No total, entre 2005 e 2013, foram ajuizadas 61 ações.

A maioria desses processos sobre preservação de manguezais ainda está em andamento. Eles se referem, principalmente, a construções irregulares em área de manguezal, mas também há casos de despejo de esgoto não tratado nessas áreas, construções que interromperam o fluxo natural de água nos mangues, entre outros. Há ainda um processo, de caráter preventivo, que requer que diversos entes públicos regularizem a atividade de carcinicultura no Estado. Isto porque a criação de camarão em cativeiro é potencialmente nociva aos mangues, caso seja feita em desacordo com as normas ambientais vigentes.